



**PARECER PRÉVIO Nº 6/2020 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

**1- Processo TCE - AM nº 11231/2014.**

**Aposos:** Processo nº 10769/2013.

**2- Assunto:** Prestação de Contas Anual

**3- Órgão:** Prefeitura Municipal de Barreirinha

**4- Exercício:** 2013

**5- Responsável:** Mecias Pereira Batista (Prefeito Municipal)

**6- Advogado:** Ana Lucia Salazar de Sousa - OAB/AM 7.173 e Waldir Lincoln Pereira Tavares - OAB/AM 3998

**7- Unidade Técnica:** DICAMI e DICOP

**8- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 5523/2019-DMP, Dra. Elizângela Lima Costa Marinho, Procuradora de Contas.

**9- Relator:** Conselheiro Josué Cláudio de Souza Filho.

**EMENTA:** Prestação de Contas Anual. Prefeitura Municipal de Barreirinha. Exercício de 2013.

Emissão de Parecer Prévio recomendando a desaprovação das contas anuais.

**10- PARECER PRÉVIO:**

**O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS**, no uso de suas atribuições constitucionais e legais (art. 31, §§ 1º e 2º, da Constituição Federal, c/c art. 127, parágrafos 4º, 5º e 7º, da Constituição Estadual, com redação da Emenda Constituição nº 15/95, art. 18, inciso I, da Lei Complementar nº 06/91; arts. 1º, inciso I, e 29 da Lei nº 2.423/96; e, art. 5º, inciso I, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM) e no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, III, “a” item 1, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, tendo discutido a matéria nestes autos, e acolhido, **à unanimidade**, o voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, que passa a ser parte integrante do Parecer Prévio, **em consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal:

**10.1. Emite Parecer Prévio recomendando à Câmara Municipal a desaprovação** da Prestação de Contas Anual da Prefeitura Municipal de Barreirinha, exercício 2013, de responsabilidade do Sr. Mecias Pereira Batista - Prefeito Municipal, com fundamento nos art. 40, I e art. 127, da CE/89, e art. 18, I, da LC 06/91 c/c os arts. 1º, I, e art. 29, da Lei 2.423/96, e art. 3º, III, da Resolução TCE 09/97.

**11- Ata:** 9ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

**12- Data da Sessão:** 23 de Abril de 2020

**13- Especificação do quorum:** Conselheiros: Mario Manoel Coelho de Mello (Presidente), Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos e Mário José de Moraes Costa Filho (Convocado).

**14- Representante do Ministério Público de Contas:** Dr. João Barroso de Souza, Procurador-Geral.



**PARECER PRÉVIO Nº 6/2020 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

**MARIO MANOEL COELHO DE MELLO**  
Conselheiro-Presidente

**JOSUÉ CLÁUDIO DE SOUZA FILHO**  
Conselheiro Relator

**JÚLIO ASSIS CORRÊA PINHEIRO**  
Conselheiro

**ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA**  
Conselheiro

**ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JÚNIOR**  
Conselheiro

**YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS**  
Conselheira

**MÁRIO JOSÉ DE MORAES COSTA FILHO**  
Conselheiro-Convocado

**JOÃO BARROSO DE SOUZA**  
Procurador-Geral



**ACÓRDÃO Nº 6/2020 – TCE – TRIBUNAL PLENO**  
**(parte integrante do Parecer Prévio nº 6/2020 – TCE – Tribunal Pleno)**

- 1- **Processo TCE - AM nº 11231/2014.**  
**Apensos:** Processo nº 10769/2013.
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual
- 3- **Órgão:** Prefeitura Municipal de Barreirinha
- 4- **Exercício:** 2013
- 5- **Responsável:** Mecias Pereira Batista (Ordenador de Despesa)
- 6- **Advogado:** Ana Lucia Salazar de Sousa - OAB/AM 7.173 e Waldir Lincoln Pereira Tavares - OAB/AM 3998
- 7- **Unidade Técnica:** DICAMI e DICOP
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 5523/2019-DMP, Dra. Elizângela Lima Costa Marinho, Procuradora de Contas.
- 9- **Relator:** Conselheiro Josué Cláudio de Souza Filho.

**EMENTA:** Prestação de Contas Anual. Prefeitura Municipal de Barreirinha. Exercício de 2013.

Irregularidade. Multa. Alcance. Inscrição na Dívida Ativa. Recomendação. Ciência. Arquivamento.

**10- ACÓRDÃO:**

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, III, “a” item 1, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 10.1. **Julgar irregular** a Prestação de Contas Anual da Prefeitura Municipal de Barreirinha, exercício 2013, de responsabilidade do Sr. Mecias Pereira Batista - Ordenador das despesas, com fulcro no art. 71, II, da CF/88 c/c o art. 40, II, da CE/89 e art. 1º, II, art. 2º e 5º, art. 22, III e 25 da Lei 2.423/96;
- 10.2. **Aplicar Multa** ao Sr. Mecias Pereira Batista no valor de **R\$ 20.481,60** (vinte mil, quatrocentos e oitenta e um reais e sessenta centavos), que deverá ser recolhida no prazo de 30 dias para o Cofre Estadual através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código 5508 - Multas aplicadas pelo TCE/AM - Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE, com fundamento no art. 308, I, “a” da Resolução n. 04/2002 com redação dada pela Resolução n. 04/2018 pela restrição 1 do Relatório Conclusivo n. 24/2014-Dicami.  
Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (*autenticado pelo Banco*) a esta Corte de



**ACÓRDÃO Nº 6/2020 – TCE – TRIBUNAL PLENO**  
**(parte integrante do Parecer Prévio nº 6/2020 – TCE – Tribunal Pleno)**

Contas (art. 72, inciso III, alínea "a" , da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo;

- 10.3. Aplicar Multa** ao Sr. Mecias Pereira Batista no valor de **R\$ 3.413,60** (três mil, quatrocentos e treze reais e sessenta centavos), que deverá ser recolhida no prazo de 30 dias para o Cofre Estadual através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código 5508 - Multas aplicadas pelo TCE/AM - Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE, com fundamento no art. 308, III da Resolução n. 04/2002 com redação dada pela Resolução n. 04/2018 pelas restrições n. 1-4 do Relatório Conclusivo n. 20/2015-Dicop;

Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (*autenticado pelo Banco*) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a" , da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo;

- 10.4. Aplicar Multa** ao Sr. Mecias Pereira Batista no valor de **R\$ 13.654,39** (treze mil, seiscentos e cinquenta e quatro reais e trinta e nove centavos), que deverá ser recolhida no prazo de 30 dias para o Cofre Estadual através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código 5508 - Multas aplicadas pelo TCE/AM - Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE, com fundamento no art. 308, VI da Resolução n. 04/2002 com redação dada pela Resolução n. 04/2018 pelas restrições n. 34, 46-55 e 57-59 27 do Relatório Conclusivo n. 24/2014-Dicami;

Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (*autenticado pelo Banco*) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a" , da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo;

- 10.5. Considerar em Alcance** o Sr. Mecias Pereira Batista no valor de **R\$ 1.685.708,95** (um milhão, seiscentos e oitenta e cinco mil, setecentos e oito reais e noventa e cinco centavos) que devem ser recolhidos na esfera Municipal no prazo de 30 dias para o órgão Prefeitura Municipal de Barreirinha com fundamento no art. 304 da Resolução n. 04/2002 com redação dada pela Resolução n. 04/2018 pelas restrições n. 1-4 do Relatório Conclusivo n. 20/2015-Dicop;



**ACÓRDÃO Nº 6/2020 – TCE – TRIBUNAL PLENO**  
**(parte integrante do Parecer Prévio nº 6/2020 – TCE – Tribunal Pleno)**

- 10.6. Autorizar Inscrição na Dívida Ativa** do Sr. Mecias Pereira Batista em caso de não recolhimento das multas e alcance no prazo estabelecido (art. 72, III, alínea “a” da Lei 2.423/96) com as devidas atualizações monetárias (art. 55 da Lei 2.423/96 c/c o art. 308, § 3º da Resolução TCE 04/02), ficando, desde já, autorizada a DERED a adoção das medidas previstas no art. 175 da Resolução TCE 04/02;
- 10.7. Recomendar** à Prefeitura Municipal de Barreirinha que:
- 10.7.1** Mantenha durante todo o exercício em local de fácil acesso e, na Câmara Municipal, cópia da Prestação de Contas Anuais enviada a este Tribunal de Contas após o prazo de apresentação (31/03);
  - 10.7.2** Mantenha atualizado o Portal da Transparência do Município, observando com o máximo zelo as disposições da Lei Complementar n. 131/2009 – Lei da Transparência;
  - 10.7.3** Realize inventário anual dos bens móveis e imóveis, assim como proceda à atualização dos respectivos valores contábeis por ocasião da elaboração de Balanço Patrimonial, em observância aos princípios contábeis da Continuidade, Oportunidade, Competência e, principalmente do Registro pelo Valor Original.
  - 10.7.4** Apresente nos prazos legais as devidas prestações de contas e informações dentro dos prazos estabelecidos, nos termos da legislação vigente sob pena de aplicação da sanção prevista na alínea “b” do inc. IV do art. 308 da Resolução TCE-AM nº 04/2002 e alterações posteriores em caso de reincidência;
  - 10.7.5** Mantenha atualizadas as fichas funcionais dos servidores públicos sob pena de aplicação da sanção prevista na alínea “b” do inc. IV do art. 308 da Resolução TCE-AM nº 04/2002 e alterações posteriores em caso de reincidência.
  - 10.7.6** Regule e inclua em sua legislação a inclusão dos comprovantes de embarque nos processos de concessão de viagens a outras sedes municipais ou outras em que haja o pagamento de diárias para confirmação da efetivação da medida apresentada na defesa.
  - 10.7.7** Mantenha um Controle Interno funcione de forma eficiente;
  - 10.7.8** Observe com cautela a Lei complementar nº 101/2000;
  - 10.7.9** Observe com o máximo zelo a Lei n. 4.320/64, principalmente quanto as fases da despesa pública;
  - 10.7.10** Cumpra rigorosamente os prazos para publicação dos Relatórios de Gestão Fiscal e Relatórios Resumidos da Execução Orçamentária, conforme determinar a Lei de Responsabilidade Fiscal;



**ACÓRDÃO Nº 6/2020 – TCE – TRIBUNAL PLENO**  
**(parte integrante do Parecer Prévio nº 6/2020 – TCE – Tribunal Pleno)**

- 10.8. Dar ciência** desta decisão ao Sr. Mecias Pereira Batista;
- 10.9. Considerar em Alcance** o Sr. Mecias Pereira Batista no valor de R\$ 2.505.640,21 (dois milhões, quinhentos e cinco mil, seiscentos e quarenta reais e vinte e um centavos), de acordo com o voto-destaque do Conselheiro Erico Xavier Desterro e Silva, o qual foi acatado, em sessão, pelo Relator, que devem ser recolhidos no prazo de 30 (trinta) dias à esfera Estadual, para órgão Secretaria de Estado da Fazenda – SEFAZ, nos moldes regimentais, devido as restrições de nº 61 e 62 do Parecer nº 4681/2018-MPC-ELCM;
- 10.10. Arquivar** os presentes autos e seus apensos nos termos regimentais, após o registro e adoção das medidas acima.
- 11- Ata:** 9ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.
- 12- Data da Sessão:** 23 de Abril de 2020
- 13- Especificação do quorum:** Conselheiros: Mario Manoel Coelho de Mello (Presidente), Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos e Mário José de Moraes Costa Filho (Convocado).
- 14- Representante do Ministério Público:** Dra. João Barroso de Souza, Procurador-Geral.

**MARIO MANOEL COELHO DE MELLO**  
Conselheiro-Presidente

**JOSUÉ CLÁUDIO DE SOUZA FILHO**  
Conselheiro Relator

**JOÃO BARROSO DE SOUZA**  
Procurador-Geral